

**CONCURSO DE PODCASTS JURÍDICOS: UMA EXPERIÊNCIA  
INTERDISCIPLINAR**

**LEGAL PODCAST CONTEST: AN INTERDISCIPLINAR EXPERIENCE**

André Rodrigues Santos<sup>1</sup>  
Deborah Luisa Vieira dos Santos<sup>2</sup>  
Denise Rodrigues Alves<sup>3</sup>  
Douglas Coutinho de Souza<sup>4</sup>  
Fabiano Batista Corrêa<sup>5</sup>  
Franco Dani Araújo e Pinto<sup>6</sup>  
Gustavo Soares Lomeu<sup>7</sup>  
Ianacã Índio Brasil<sup>8</sup>  
Lorena Silva Vitorio Almeida Araújo<sup>9</sup>  
Luciana da Cunha Pereira Martins<sup>10</sup>  
Thais Aldred Iasbik de Aquino<sup>11</sup>

## INTRODUÇÃO

O Concurso de *Podcasts* Jurídicos se trata de atividade idealizada pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito da Univale, como Projeto Integrador de Ensino, Pesquisa, Extensão e Práticas Jurídicas das turmas do 7º período.

---

<sup>1</sup> Mestre, professor e coordenador do curso de Direito da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE. E-mail: direito@univale.br

<sup>2</sup> Doutoranda, professora do curso de Jornalismo da UNIVALE. E-mail: deborah.santos@univale.br

<sup>3</sup> Mestra, professora do curso de Direito e Ciências Contábeis da UNIVALE. E-mail: denise.alves@univale.br

<sup>4</sup> Especialista, professor do curso de Direito da UNIVALE. E-mail: douglas.coutinho@univale.br

<sup>5</sup> Especialista, professor do curso de Direito da UNIVALE. E-mail: fabiano.correa@univale.br

<sup>6</sup> Doutor, professor e pesquisador no curso de Jornalismo e no Mestrado em Gestão Integrada do Território da UNIVALE. E-mail: franco.araujo@univale.br

<sup>7</sup> Mestre, professor do curso de Direito da UNIVALE. E-mail: gustavo.lomeu@univale.br

<sup>8</sup> Mestre, professor do curso de Direito da UNIVALE. E-mail: ianaca.brasil@univale.br

<sup>9</sup> Mestra, professora do curso de Direito da UNIVALE. E-mail: lorena.araujo@univale.br

<sup>10</sup> Mestranda, professora do curso de Direito da UNIVALE. E-mail: luciana.pereira@univale.br

<sup>11</sup> Mestra, professora do curso de Direito da UNIVALE. E-mail: thais.aquino@univale.br

O objetivo do projeto é disseminar o direito à informação e garanti-lo à comunidade externa, a partir de um Concurso de *Podcasts* Jurídicos produzidos pelos discentes, a partir de uma perspectiva interdisciplinar,

Trata-se, portanto, de atividade extensionista, uma vez que a proposta trabalha temáticas relevantes de interesse popular e visa propiciar aos discentes uma interface com a formação geral, formação técnico-jurídica e prática jurídica, a partir do processo de roteirização, elaboração e apresentação de um *podcast* jurídico.

Nesta atividade o aluno associa o conteúdo teórico aprendido nas disciplinas às situações práticas apresentadas por ele próprio no episódio gravado, possibilitando dessa forma a concretização do letramento digital, conforme estimulado pela DCN do curso de Direito – Resolução CNE/CES n. 5/2018 e suas devidas atualizações.

A atividade se mostra relevante pois materializa a intersecção entre pesquisa, ensino e extensão universitária, focando nas habilidades e competências presentes na DCN do curso de Direito – Resolução CNE/CES n. 5/2018, levando ainda informação jurídica relevante à população externa de forma acessível e simplificada, uma vez que os episódios são publicizados por meio do canal da TV UNIVALE no Youtube.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao tratar dos princípios e fins da educação, o art. 2º da LDB reverbera o mandamento constitucional da educação com vistas ao "preparo para a cidadania", bem como ao pleno desenvolvimento da pessoa e sua qualificação para o trabalho.

Nota-se como cada vez mais comum o uso de mídias diversas e tecnologias para acesso a informações. Na realidade, as redes sociais (*Youtube, Facebook, Instagram* etc.) e plataformas de mídia (como *Deezer, Spotify, Netflix*, por exemplo), vem ocupando espaço relevante na vida do brasileiro médio.

Com efeito, pesquisa realizada pela Kapersky (2021) revelou que sete em cada dez brasileiros entre 20 e 65 anos recorrem às redes sociais para se informar. Não se pode ignorar, portanto, a relevância das novas mídias e redes sociais para o acesso

à informação das comunidades. Não obstante, importa considerar também o alto índice de disseminação de *fake news* e informações sem embasamento científico.

Sobre o letramento digital, vale destacar que se trata não somente da capacidade de manusear eletrônicos ou artefatos tecnológicos, mas também da

[...] habilidade para construir sentido a partir de textos multimodais, isto é, textos que mesclam palavras, elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície. Inclui também a capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informações disponibilizadas eletronicamente (KAPERISKY, 2021)

Assim, cabe à universidade, dentro das atividades de extensão, estreitar os laços da academia com a população, por meio de desenvolvimento de projetos que utilizam a tecnologia como instrumento de transformação social, garantindo o direito à informação à camada da população que não detém conhecimento técnico necessário para realizar essa análise crítica.

Nesses termos, a considerar o distanciamento entre os termos e expressões jurídicos para a linguagem coloquial comumente praticada, torna-se imprescindível o estabelecimento de meios de aproximar o jurisdicionado dos rituais e práticas do Direito, e assim, diminuir a distância entre a justiça e o cidadão, o que converge com a proposta do Concurso de *Podcasts* Jurídicos.

## MÉTODO DA PESQUISA

Os discentes foram divididos em grupos relacionados a cada uma das disciplinas cursadas no 7º período, e no início do semestre foram informados por cada professor orientador sobre o conteúdo que seria trabalhado na atividade integradora de extensão.

Cada grupo escolheu um tema a fim de relacionar o conteúdo da respectiva disciplina a um fenômeno social de relevância e interesse da comunidade externa, com linguagem compatível à população leiga, contemplando o direito à informação e o letramento digital.

Para o melhor desenvolvimento da atividade, o projeto recebeu o apoio do curso de Jornalismo. Os professores Franco Dani e Deborah Vieira, membros do grupo de pesquisa interdisciplinar OPERA (Observatório de Perspectivas, Experiências e Ramificações entre Mídia, Democracia e Direitos Humanos), ofertaram um treinamento no formato de oficina, no qual os alunos aprenderam as técnicas necessários para colocar em prática a roteirização e gravação dos *podcasts*.

Cada grupo foi responsável por roteirizar, elaborar e apresentar o episódio, que foi gravado, editado e publicado com o suporte da equipe da TV UNIVALE em todas as etapas.

Os alunos foram também responsáveis por dar ampla divulgação do *podcast* nas redes sociais. Assim, foram utilizadas perguntas enviadas pela população para conduzir o conteúdo do episódio, a fim de que atendesse as maiores necessidades da comunidade.

Foram considerados como critérios de avaliação do projeto os seguintes aspectos: relevância do assunto escolhido em relação à comunidade externa; criatividade na abordagem e qualidade na exposição/apresentação do *podcast*; visibilidade, alcance e engajamento na divulgação em redes sociais; participação na oficina online e elaboração de portfólio; aprofundamento jurídico e integração com o professor orientador.

Após a publicação dos episódios, o resultado final foi julgado por quatro membros do corpo docente e um da comunidade externa. De acordo com os critérios apresentados, foi escolhido como vencedor o grupo que abordou a disciplina “Prática Jurídica”, com a proposta de apresentar à população meios de alcançar a prestação jurisdicional de forma gratuita.

## RESULTADOS

Nesta edição da atividade participaram 37 alunos do 7º período matutino e noturno do Curso de Direito. Os vídeos dos episódios publicados no YouTube contabilizam até o momento 419 visualizações.

A atividade resultou em sete episódios de *podcast* gravados em estúdio profissional, disponibilizados no YouTube, todos em linguagem acessível à comunidade leiga, que também teve participação ativa durante a elaboração dos roteiros, com o envio de perguntas e casos concretos.

## DISCUSSÃO

O aprimoramento das habilidades ocorre quando se tem a capacidade de gerar conhecimento e sabedoria ligados ao campo profissional. Esses conhecimentos são adquiridos através de formações, qualificações e experiências sociais, como indicado por Desaulniers (1997, p. 54).

Tais habilidades oferecem ferramentas cognitivas, capacitando o indivíduo a resolver uma variedade de problemas. Por outro lado, competências não são autossuficientes; em vez disso, elas precisam se combinar com habilidades. Habilidade representa a competência do ser humano em "lidar, operar, compreender, interagir e dialogar habilmente com os outros", formando assim "uma camada consciente do ser humano" que é "relacional, comportamental, de conduta e teleológica" (AGUIAR, 2004, p. 17 *apud*. VIEIRA, 2015, p. 50s.).

Nesse contexto, concordamos com abordagens pedagógicas significativas no cenário nacional, como a "Pedagogia da autonomia" de Paulo Freire (2011, p. 47), que argumenta que "ensinar não é transferir conhecimento, mas sim criar as condições para sua própria produção ou construção".

Vale a pena também mencionar a pedagogia da emancipação, que não aceita que a formação profissional seja desconectada das necessidades sociais, já que "o estudante de Direito não deve se conformar com conteúdos e procedimentos estabelecidos" (GUSTIN, 2010, p. 75).

O processo de ensino e aprendizagem avança de forma colaborativa na elaboração de metodologias que promovam a dinâmica em sala de aula. A mera exposição de conteúdo sem análise crítica pode resultar na memorização superficial, em vez de uma aprendizagem reflexiva.

Portanto, a aprendizagem verdadeiramente inovadora não se trata apenas de adquirir conteúdo ou conhecimento linear; é essencial cultivar um pensamento crítico e reflexivo, como evidenciado pelos resultados alcançados no progresso do projeto em questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa atividade teve como objetivo desenvolver e praticar habilidades e competências caras a qualquer jurista, como a oratória, análise de problemas complexos, articulação e argumentação

A atividade também contemplou o letramento digital, estreitando os laços da academia com a população, aliando a tecnologia como instrumento de transformação social, garantindo o direito à informação à camada da população que não detém conhecimento técnico necessário para realizar essa análise crítica.

Além disso, a atividade possibilitou que os alunos deixassem suas zonas de conforto, uma vez que nunca haviam participado da gravação de um *podcast*. Sem dúvidas, contribuiu para o desenvolvimento da capacidade de atuar de forma criativa e crítica.

Por esta razão, vem se repetindo semestralmente, estando atualmente em sua terceira edição, e demonstrando êxito no alcance dos objetivos e resultados almejados.

**PALAVRAS-CHAVE:** *podcast* jurídico; letramento digital; extensão universitária.

**AGRADECIMENTOS:** Agradecemos à UNIVALE pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. A. R. **Habilidades:** ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DESAULNIERS, J. B. R. Formação, competência e cidadania. **Educação e Sociedade**, v. 18, n. 60, 1997. Disponível em: [www.scielo.br/j/es/a/qySZ6GzdvkWtkqkSrCNVvYL/?lang=pt](http://www.scielo.br/j/es/a/qySZ6GzdvkWtkqkSrCNVvYL/?lang=pt). Acesso em: 28 jan. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GUSTIN, M. B. Uma pedagogia da emancipação. *In*: GUSTIN, M.; LIMA, P. **Pedagogia da emancipação**. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 15 -82.

KASPERSKY. **Pesquisa**: a infodemia e os impactos na vida digital. 2023. Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/blog/pesquisa-infodemia-impactos-vida-digital/17467/>. Acesso em: 20 de jun. 2023.